

# SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	12

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.**

Praça Carlos Chagas, 49 - 4º andar  
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)  
Brasil

T +55 31 3289-6000

Aos Administradores e Acionistas da  
**SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SPE Confrapar administração e Gestão de Recursos S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho, de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de junho de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.  
CRC 2SP-034.766/O-0



Daniel Menezes Vieira  
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

# SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

### ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	154.392	207.011
Impostos e contribuições a recuperar	5	29.246	29.600
Despesas antecipadas	-	11.015	16.521
Outros ativos	-	2.000	2.000
Partes relacionadas	6	949	949
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>197.602</u>	<u>256.081</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	-	11.596	6.950
Depósitos judiciais	-	19.353	14.947
Partes relacionadas	6	959.958	1.570.412
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>990.907</u>	<u>1.592.309</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>1.188.509</u></u>	<u><u>1.848.390</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Empréstimos	7	182.461	189.656
Obrigações sociais e trabalhistas	-	4.363	3.960
Obrigações fiscais e tributárias	8	145.490	159.434
Partes relacionadas	6	-	1.047
<b>Total do passivo circulante</b>		<u>332.314</u>	<u>354.097</u>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos	7	277.432	342.179
Obrigações fiscais e tributárias	8	250.387	394.734
Partes relacionadas	6	162.000	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>689.819</u>	<u>736.913</u>
<b>Patrimônio líquido</b>	9		
Capital social	9 a)	139.565	139.565
Reserva de ágio	9 b)	110	110
Reserva legal	9 c)	27.913	27.913
Ações em tesouraria	9 d)	(1.212)	(1.212)
Reserva de lucros	-	-	591.004
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>166.376</u>	<u>757.380</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>1.188.509</u>	<u>1.848.390</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

## Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais, exceto o (prejuízo) lucro líquido por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	10	91.500	2.274.753
Custos dos serviços prestados	11	(53.813)	(47.520)
<b>Lucro bruto</b>		<u>37.687</u>	<u>2.227.233</u>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>			
Despesas gerais e administrativas	12	(21.537)	(17.093)
Despesas tributárias	-	(2.651)	(27.711)
Outras receitas operacionais	-	4.287	48.152
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<u>17.786</u>	<u>2.230.581</u>
Resultado financeiro líquido	13	(104.545)	(125.354)
<b>(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>(86.759)</u>	<u>2.105.227</u>
Imposto de renda	14	(6.139)	(179.621)
Contribuição social	14	(3.683)	(71.566)
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>		<u>(96.581)</u>	<u>1.854.040</u>
Número de ações (lote mil)	-	10.750.600	10.750.600
<b>(Prejuízo) lucro líquido por ação</b>		<u>(0,01)</u>	<u>0,17</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.**

### **Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Em reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>	(96.581)	1.854.040
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>(96.581)</u></u>	<u><u>1.854.040</u></u>

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.**

## SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

Nota	Capital social	Reserva de ágio	Reserva de legal	Ações em tesouraria	Reserva de lucros	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	139.565	110	27.913	(1.292)	-	166.296
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.854.040	1.854.040
Ações em tesouraria	-	-	-	80	-	80
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(1.868.915)	(1.868.915)
Lucros a disposição da assembleia	-	-	-	-	605.879	605.879
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	139.565	110	27.913	-1.212	591.004	757.380
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(96.581)	(96.581)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(494.423)	(494.423)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	139.565	110	27.913	(1.212)	-	166.376

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	-	(96.581)	1.854.040
<b>Ajustes para conciliar o (prejuízo) lucro do exercício:</b>			
Juros de empréstimos	7	102.179	85.015
<b>(Aumento) redução de ativos</b>			
Contas a receber de clientes	-	-	16.325
Impostos e contribuições a recuperar	5	354	71.211
Despesas antecipadas	-	5.506	(16.522)
Depósitos judiciais	-	(4.406)	1
<b>Aumento (redução) de passivos</b>			
Obrigações sociais trabalhistas	-	403	195
Obrigações fiscais e tributárias	8	(158.291)	(532.102)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>		<u>(150.836)</u>	<u>1.478.163</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
Aquisição de títulos e valores mobiliários	-	(4.646)	(1.090)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<u>(4.646)</u>	<u>(1.090)</u>
<b>Fluxo de caixa de atividade de financiamento</b>			
Empréstimos obtidos	7	-	1.142.146
Empréstimos pagos	7	(174.121)	(778.659)
Partes relacionadas	6	771.407	(403.976)
Ações em tesouraria	9 d)	-	80
Distribuição de dividendos	9 e)	(494.423)	(1.868.915)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		<u>102.863</u>	<u>(1.909.324)</u>
<b>Redução em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>(52.619)</u>	<u>(432.251)</u>
No início do exercício	4	207.011	639.262
No final do exercício	4	154.392	207.011
<b>Redução em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>(52.619)</u>	<u>(432.251)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A. (“SPE Confrapar” ou “Companhia”), anteriormente denominada SPE Horizonti Gestão de Recursos S.A., é uma sociedade por ações de capital fechado, cujos atos constitutivos foram aprovados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 6 de agosto de 2007, tendo por objetivo e atividade econômica a gestão e administração de Fundos de Investimentos em conformidade com as instruções vigentes da CVM, ABVCAP, ANBIMA e demais órgãos reguladores.

A SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A. passou a adotar esta denominação através de deliberação via assembleia realizada em 07 de novembro de 2016, com registro na Junta Comercial do Rio de Janeiro em 21 de fevereiro de 2017. A Companhia exerceu, em 2022, as atividades de gestão e administração do Horizonti Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Inovação (“Fundo Horizonti”) e a atividade de administração dos fundos: Confrapar GP Fund Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP GP I”), Confrapar GP II Fund Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP GP II”), Confrapar K I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP K I”), Confrapar K II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP K II”), Confrapar K III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP K III”) e Confrapar K IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP K IV”).

A Companhia tem sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº. 1098, conjunto 95, bairro Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04542-001.

### 1.1. Fundo Horizonti

O Fundo Horizonti era um Fundo tipo 1, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores qualificados e constituído sob a forma de condomínio fechado, objetivando a aplicação de recursos em carteira diversificada de títulos e valores mobiliários de emissão de empresas inovadoras e onde possa ter participação no processo decisório com efetiva influência na definição das políticas estratégicas e nas gestões das empresas investidas.

O Fundo Horizonti foi encerrado em 04 de novembro de 2021 e liquidado em 16 de março de 2022.

## 1.2. FIP GP I

O FIP GP I é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação Anbima/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e de emissão de FIs Investidos, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

## 1.3. FIP GP II

O FIP GP II é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação Anbima/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e de emissão de FIs Investidos, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

## 1.4. FIP K I

O FIP K I é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação Anbima/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

## 1.5. FIP K II

O FIP K II é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação Anbima/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

## 1.6. FIP K III

O FIP K III é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação Anbima/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

## 1.7. FIP K IV

O FIP K IV foi um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação Anbima/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior. O FIP K IV foi encerrado em 28 de dezembro de 2022 e liquidado em 12 de janeiro de 2023.

## 2. Políticas contábeis

### 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

#### a) Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### c) Emissão das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 29 de junho de 2023.

#### d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### e) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

### 2.2. Principais práticas contábeis

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, avaliadas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, resgatáveis até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

#### b) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal, contratual ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

**c) Tributação sobre a renda**

A Companhia é optante pelo lucro real como regime de tributação. A Companhia é tributada com base no lucro presumido em cada período trimestral de apuração, sendo 32% da receita para imposto de renda e para contribuição social. Sobre as bases são aplicadas as alíquotas vigentes, sendo de 15% para imposto de renda mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$ 60.000 por trimestre e 9% para a contribuição social, calculada sobre a mesma base.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

**d) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável de ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**e) Reconhecimento da receita**

O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes, obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação;
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Empresa e sua controlada tem de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes.

A receita de vendas de serviços é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- O valor da receita puder ser confiavelmente mensurado;
- A proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia; e
- As despesas incorridas ou a serem incorridas relacionadas à transação podem ser mensuradas com confiabilidade.

**f) Instrumentos financeiros**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

Quando existentes, a Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando as entidades da Companhia transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(ii) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na realização das obrigações de curto prazo.

**(iii) Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o custo do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

**(iv) Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**(v) Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. As entidades da Companhia baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

As entidades da Companhia classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos, financiamentos e outras contas a pagar.

#### g) Decisão do STF sobre ‘coisa julgada’ em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF” ou “Supremo”) concluiu o julgamento sobre a “coisa julgada” em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações contábeis e na destinação do resultado do exercício em decorrência de tal decisão.

### 2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Ao preparar as demonstrações contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes.

A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisões para perdas em ativos e outras avaliações similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

### 3. Normas a entrar em vigor a partir de 2023

Listamos a seguir as normas que tiveram início a partir de 1º de janeiro de 2022:

- IAS 37/CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: as alterações especificam quais custos as empresas devem incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (ex.: custo de mão de obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato);
- Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); e
- Referência à estrutura conceitual: (alterações ao CPC 15/IFRS 3).

A Companhia avaliou as alterações e não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022. As normas a seguir terão seu início a partir de 1º janeiro de 2023 e não se espera que estas normas novas e alteradas tenham algum impacto significativo nas demonstrações contábeis:

- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Representam os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de renda fixa resgatáveis em até 90 dias (equivalentes de caixa), acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	2.971	151.895
Aplicações financeiras (*)	151.421	55.116
<b>Total</b>	<b>154.392</b>	<b>207.011</b>

- (\*) As aplicações financeiras dos exercícios de 2022 e 2021 estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está entre 5% e 110%, a depender do prazo em que os valores permanecem aplicados, atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, as quais são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, e possuem liquidez imediata.

## 5. Impostos e contribuições a recuperar

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Parcelamentos cancelados a compensar	19.857	19.857
IRRF a recuperar	6.444	6.572
INSS a recuperar	2.945	2.945
PIS e Cofins a recuperar	-	121
CSLL a recuperar	-	105
<b>Total</b>	<b>29.246</b>	<b>29.600</b>

A Companhia com base em análises e projeções orçamentárias não prevê riscos de não realização desses créditos tributários no decorrer de suas operações.

## 6. Partes relacionadas

Os saldos e as transações que a Companhia efetuou com partes relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão sumarizados a seguir:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo:</b>		
Confrapar S.A. <b>(a)</b>	34.498	1.570.412
Rodrigo de Oliveira Esteves <b>(b)</b>	61.491	277
Carlos Moreno <b>(c)</b>	220	220
Thiago Mendes Domenici de Moraes <b>(b)</b>	366.472	133
Carlos Eduardo Guillaume <b>(b)</b>	371.311	132
Rodrigo Bem Toledo <b>(c)</b>	134	134
Alex Alves Silva <b>(c)</b>	13	13
Luisa Pinto Coelho <b>(b)</b>	126.768	40
<b>Total</b>	<b>960.907</b>	<b>1.571.361</b>
Circulante	949	949
<b>Não circulante</b>	<b>959.958</b>	<b>1.570.412</b>

- (a) O saldo a receber com a Confrapar S.A. decorria de transações financeiras a título de recebimento e repasse de recursos entre as Companhias, suportadas por contratos de mútuos celebrados entre as partes relacionadas, celebrados em **(i)** 02 de janeiro de 2015, com vencimento em 30 de junho de 2016, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em duas parcelas até 31/01/2016; **(ii)** 04 de janeiro de 2016, com vencimento em 31 de dezembro de 2017, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em quatorze parcelas até 30 de setembro de 2017; **(iii)** 02 de janeiro de 2017, com vencimento em 31 de dezembro de 2018, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em dez parcelas até 31 de dezembro de 2018; **(iv)** 02 de janeiro de 2018, com vencimento em 31 de dezembro de 2022, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em vinte e quatro parcelas até 02 de setembro de 2021; **(v)** 02 de janeiro de 2019, com vencimento em 30 de junho de 2020, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em três parcelas até 30 de março de 2020, **(vi)** 02 de janeiro de 2020, com vencimento em 31 de dezembro de 2022, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em dez parcelas até 28 de abril de 2022;

(vii) 04 de janeiro de 2021, com vencimento em 31 de dezembro de 2024, sem juros e sem incidência de IOF, parcialmente quitado em dez parcelas até 31 de dezembro de 2022; e (viii) 02 de janeiro de 2022, com vencimento em 31 de dezembro de 2023, sem juros e sem incidência de IOF, não quitado até 31 de dezembro de 2022;

- (b) Os saldos a receber com os acionistas decorrem (i) da cessão de ações, mantidas na tesouraria da Companhia, a cada um deles, os quais ainda não integralizaram os valores devidos em 2022 e (ii) de mútuos celebrados em 02 de janeiro de 2022 entre as partes, sem juros e sem incidência de IOF, não quitados até 31 de dezembro de 2022; e
- (c) Os saldos a receber com os acionistas decorrem da cessão de ações, mantidas na tesouraria da Companhia, a cada um deles, os quais ainda não integralizaram os valores devidos em 2022.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
<b>Passivo</b>		
SPE Nascenti S.A.	-	1.047
Confrapar S.A.(d)	162.000	-
<b>Total</b>	<b>162.000</b>	<b>1.047</b>
Circulante	-	1.047
<b>Não circulante</b>	<b>162.000</b>	<b>-</b>

- (d) O saldo a pagar para a Confrapar S.A. decore de transações financeiras a título de recebimento e repasse de recursos entre as Companhias, suportadas por contrato de mútuo celebrado entre as partes relacionadas, celebrado em 02 de janeiro de 2022.

A movimentação de operações com partes relacionadas a receber em cada exercício foi a seguinte:

Ativo	Confrapar S.A.	Outros	Total
<b>Saldo de 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.165.470</b>	<b>868</b>	<b>1.166.338</b>
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	(724.568)	-	(724.568)
Recursos recebidos em contrato de mútuo	1.129.510	949	1.130.459
Pagamentos recebidos pela alienação das ações	-	(868)	(868)
<b>Saldo de 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.570.412</b>	<b>949</b>	<b>1.571.361</b>
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	(1.537.500)	925.460	(612.040)
Recursos recebidos em contrato de mútuo	1.586	-	1.586
<b>Saldo de 31 de dezembro de 2022</b>	<b>34.498</b>	<b>926.409</b>	<b>960.907</b>

## 7. Empréstimos

Em 26/01/2021, a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Bradesco no valor de R\$ 410.604 para ser quitado em 45 parcelas, com juros mensais de 1,0755000% a.m. Até 31/12/2022 foram pagas e antecipadas 21 parcelas, restando 24 parcelas a serem quitadas.

Em 30/04/2021 a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Sicoob no valor de R\$ 300.000 para ser quitado em 48 parcelas, com juros mensais de 0,90% a.m. e índice de correção pelo CDI. Até 31/12/2021 foram pagas 18 parcelas, restando 30 parcelas a serem quitadas.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	182.461	189.656
Não circulante	277.432	342.179
<b>Total</b>	<b>459.893</b>	<b>531.835</b>

A movimentação dos empréstimos em cada exercício foi a seguinte:

	R\$
<b>Saldo de 31 de dezembro de 2020</b>	<b>83.333</b>
Captação	1.142.146
Amortização	(778.659)
Juros	85.015
<b>Saldo de 31 de dezembro de 2021</b>	<b>531.835</b>
Amortização	(174.121)
Juros	102.179
<b>Saldo de 31 de dezembro de 2022</b>	<b>459.893</b>

Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas restritivas (“covenants”).

## 8. Obrigações fiscais e tributárias

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
<b>Tributos a recolher</b>		
IRPJ e CSLL	248	2.502
<b>Total dos tributos a recolher</b>	<b>248</b>	<b>2.502</b>
<b>Parcelamentos tributários</b>		
ISSQN BH (a)	43.167	51.136
RF – DA	-	1.052
PGFN DA (b)	113.851	188.062
IRPJ (c)	56.167	75.023
CSLL (d)	24.221	32.062
Cofins parcelamento (e)	-	4.385
IRPJ 2 (f)	22.471	30.898
CSLL 2 (g)	2.722	9.256
PGFN 24.03.2021 (h)	89.596	112.845
ISSQN SP (i)	10.510	14.453
ISSQN RJ (j)	32.924	32.494
<b>Total dos parcelamentos tributários</b>	<b>395.629</b>	<b>551.666</b>
<b>Total dos tributos a recolher e parcelamentos tributários</b>	<b>395.877</b>	<b>554.168</b>
Circulante	145.490	159.434
<b>Não circulante</b>	<b>250.387</b>	<b>394.734</b>

- (a) Parcelamento ISSQN BH realizado em 27/02/2014 junto a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em 60 parcelas, das quais foram pagas 37/60 parcelas até que teve prazo perdido e foi automaticamente cancelado. Posteriormente, este parcelamento foi substituído por um novo parcelamento realizado em 01/08/2017, com divisão do saldo devedor em 130 parcelas. Destas, foram pagas 65 parcelas, e conseqüentemente restando 65 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela taxa Selic;
- (b) Parcelamento PGFN DA realizado em 19/12/2019 em 60 parcelas, das quais foram pagas 37 parcelas, restando 23 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic;
- (c) Parcelamento IRPJ RF realizado em 20/12/2019 em 60 parcelas, das quais foram pagas 37 parcelas, restando 23 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic;
- (d) Parcelamento CSLL RF realizado em 20/12/2019 em 60 parcelas, das quais foram pagas 37 parcelas, restando 23 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic;

- (e) Parcelamento Cofins RF realizado em 28/09/2020 em 24 parcelas, sendo quitada a última parcela no exercício de 2022;
- (f) Parcelamento IRPJ RF realizado em 28/09/2020 em 60 parcelas, das quais foram pagas 28 parcelas, restando 32 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic;
- (g) Parcelamento CSLL RF realizado em 28/09/2020 em 33 parcelas, das quais foram pagas 28 parcelas, restando 5 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic;
- (h) Parcelamento PGFN realizado em 24/03/2021 em 84 parcelas, das quais foram pagas 22 parcelas, restando 62 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic;
- (i) Parcelamento ISS SP realizado em 30/08/2021 em 48 parcelas, das quais foram pagas 16 parcelas, restando 32 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic; e
- (j) Parcelamento ISS RJ realizado em 20/08/2021 em 80 parcelas, das quais foram pagas 16 parcelas, restando 64 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic.

## 9. Patrimônio Líquido

### a) Capital social

O capital social subscrito é de R\$139.565 (cento e trinta e nove mil, quinhentos e sessenta e cinco reais), totalmente integralizado. O capital social está representado por 10.750.600 (dez milhões, setecentos e cinquenta mil e seiscentas) ações, representados por 10.534.548 (dez milhões, quinhentos e trinta e quatro mil e quinhentos e quarenta e oito) ações ordinárias; 66.052 (sessenta e seis mil e cinquenta e duas) ações preferenciais classe A e 150.000 (cento e cinquenta mil) ações preferenciais de classe B.

### b) Reserva de ágio

A reserva de ágio da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 110 (cento e dez reais).

### c) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme disposições legais. Considerando que a Companhia atingiu 20% do valor do Capital social em exercícios anteriores, não houve constituição da reserva em 2022 e 2021.

### d) Ações em tesouraria

O saldo das ações em tesouraria da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 1.212 (hum mil e duzentos e doze reais).

### e) Dividendos

No ano de 2022, foram distribuídos a totalidade do saldo de lucros a distribuir para os acionistas detentores de ações preferenciais "Classe A" e "Classe B" os lucros de R\$ 494.423 (quatrocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e vinte e três reais).

No ano de 2021, foram distribuídos para os acionistas detentores de ações preferenciais "Classe A" e "Classe B" os lucros de R\$ 1.868.915 (um milhão, oitocentos e sessenta e oito mil e novecentos e quinze reais), restando um saldo de lucros a distribuir no valor de R\$ 591.004 (quinhentos e noventa e um mil e quatro reais), como reserva de lucros.

## 10. Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de serviços prestados	100.000	2.410.972
<b>Impostos sobre serviços:</b>		
ISSQN	(4.850)	(48.219)
Pis	(650)	(15.671)
Cofins	(3.000)	(72.329)
<b>Total</b>	<b>91.500</b>	<b>2.274.753</b>

A Companhia teve uma redução de receita no exercício de 2022, pois deixou de prestar serviços de administração fiduciária referentes ao Fundo Aerotec a partir de 1º de dezembro de 2021.

## 11. Custos dos serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Pró-labore	(44.844)	(39.600)
INSS	(8.969)	(7.920)
<b>Total</b>	<b>(53.813)</b>	<b>(47.520)</b>

## 12. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de auditoria	(4.107)	-
Taxa de expediente	(9.549)	(5.103)
Perdas	(399)	-
Serviços de consultoria	(1.839)	(7.860)
Outras despesas	(5.643)	(4.130)
<b>Total</b>	<b>(21.537)</b>	<b>(17.093)</b>

## 13. Resultado financeiro líquido

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	8.530	6.125
Variação cambial ativa	-	17.590
<b>Total</b>	<b>8.530</b>	<b>23.715</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros de tributos em atraso	(8.606)	(58.623)
Juros de empréstimos	(102.179)	(85.015)
Tarifas bancárias	(2.290)	(5.431)
<b>Total</b>	<b>(113.075)</b>	<b>(149.069)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(104.545)</b>	<b>(125.354)</b>

## 14. Imposto de renda e contribuição social

No exercício de 2022 a opção tributária da Companhia foi pelo Lucro Real, enquanto no exercício de 2021 a opção tributária foi pelo Lucro Presumido.

31/12/2022

<b>Lucro tributável</b>	
Receitas	727.329
Despesas	(1.075.447)
<b>Exclusões</b>	
Ganhos com investimentos	(29.285)
<b>Base de cálculo negativa de IRPJ e CSLL</b>	<b>(377.403)</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(9.822)</b>

	IRPJ	CSLL
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>2.410.972</b>	<b>2.410.972</b>
Presunção (32%)	771.511	771.511
Receitas financeiras	23.666	23.666
<b>Base de cálculo</b>	<b>795.177</b>	<b>795.177</b>
IRPJ (15%)	119.277	-
Adicional IRPJ (10%)	60.344	-
CSLL (9%)	-	71.566
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(179.621)</b>	<b>(71.566)</b>

## 15. Provisão para riscos contingentes

A Companhia não possui ações judiciais em andamento, nelas figurando no polo ativo ou passivo.

## 16. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

### a) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente dos instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e prazos similares.

### b) Riscos de mercado

Os riscos de mercados configuram-se basicamente nas variações de taxas aplicadas a correção monetária das aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa da Companhia e também nos riscos de variações cambiais para os saldos em moeda estrangeira.

As variações cambiais são continuamente acompanhadas e reconhecidas pela Administração e não representam elevados riscos, pois os seus prazos de liquidação são reduzidos.

Considerando estas características a Administração julga irrelevantes os efeitos financeiros e contábeis para os cenários futuros de seus instrumentos financeiros e desta forma não apresenta suas simulações para os cenários provável, possível e remoto.

## 17. Eventos subsequentes

A administração da Companhia avalia anualmente a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis. Não ocorreram eventos compreendendo a data das demonstrações e a data de sua aprovação que devessem ser ajustados ou divulgados nas demonstrações contábeis.

\* \* \*

---

***Luísa Pinto Coelho Gonçalves de Souza***

RG MG 11.595.014/SSP-MG

CPF 087.427.926-73

Diretora

---

***Ronaldo Rodrigues Tomaz***

CRC: 088339

CPF: 045.034.826-10

Contador